

A FORMAÇÃO SOCIAL INFANTOJUVENIL A PARTIR DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Rosemary Alexandre Barreto da Silva (FNSL)

Ana Joaquina Amaral (FNSL)

Elissandro dos Santos Santana (FNSL e ECE)

elissandross@gmail.com

RESUMO

Este trabalho resultou de uma pesquisa bibliográfica a partir de pesquisadores como Benita Pietro (2011), Maria Viana (2015), Fanny Abramovich (2008), Bruno Bettelheim (2015), Vania D'Angelo Dohme (2013), Betty Coelho (1986), Cléo Busatto (2012), Philippe Ariés (2014) e Marisa Lajolo (2007). O objetivo central foi analisar as contribuições da contação de histórias para a formação social da criança. Buscou-se reconhecer as principais técnicas para contar histórias, uma reflexão sobre como as narrativas auxiliam na construção da criança cidadã, analítica, criativa e autônoma. A investigação demonstrou que contar histórias remonta à origem da humanidade e exige preparação técnica. Ademais, evidenciam-se intersecções entre a contação, a infância, a literatura e a sociedade. A partir dos resultados alcançados, corroborou-se que ler-ouvir narrativas possibilita uma formação sociológica infantojuvenil crítica, ativando processos de imaginação e potencialização da percepção do ser e de estar no mundo nos diversos contextos sócio-político-históricos.

Palavras-chave: Contação de histórias. Formação social. Literatura. Sociedade.

1. Introito e contextualização do objeto de estudo

Resultante de pesquisa bibliográfica, este trabalho objetiva recopilar e ampliar, na medida do possível, discussões no âmbito da formação social infantojuvenil a partir da contação de histórias.

Partindo-se das leituras e dos referenciais para a fundamentação das análises em torno do objeto de estudo, retomou-se a noção de que contar histórias faz parte do universo da criança, desde a mais tenra idade, e que ela é atraída pelo encantamento que a literatura comporta por meio dos recursos didáticos da contação.

A investigação em baila explicitou que as narrativas infantojuvenis, além de aguçarem a imaginação da criança, através da ludicidade, despertam o interesse pela leitura, possibilitando-lhe a interação, a inteligência de mundo pela ficcionalidade-verossimilhança com os personagens e a construção-representação de papéis sociais.

Na primeira parte do texto, aborda-se a origem da contação de história, evidenciando-se que os contadores encantaram o mundo recolhendo, compilando e recontando contos maravilhosos que atravessaram eras, chegando à hipermodernidade.

No desenvolvimento da discussão, evidencia-se o processo da formação social da criança a partir das contribuições da contação das narrativas.

Por último, busca-se compreender a relação entre infância, literatura e sociedade e como esta tríade contribui para a formação social infantojuvenil por meio da baliza referencial de fontes primárias e secundárias que versam sobre a problemática aqui em análise.

2. Contar histórias, arte que remonta aos primórdios da Humanidade

A arte de contar histórias iniciou-se nas cavernas, quando os caçadores, ao final do dia, sentavam-se ao redor de uma fogueira para compartilhar as aventuras vividas. Esses “homens das cavernas” não apenas relatavam suas histórias de forma oral, mas também faziam ilustrações, deixando um registro histórico dos próprios hábitos e costumes. (PIETRO, 2011, p. 19)

Todavia, segundo Benita Pietro (2011), “algumas dessas histórias ficaram registradas nas paredes das cavernas e ainda resistem às intempéries acontecidas durante os milhares de anos”.

Já Betty Coelho (2008, p. 8), ao descrever a origem da contação de histórias, envolve-se nos próprios pensamentos imaginando como haveria surgido tal arte. Indaga acerca do que falavam os homens primitivos à entrada de suas cavernas em uma noite de luar e que, certamente discorriam acerca “da faina do dia, caçadas, peixes que pescaram, chuva, sol, contendras, troféus, estrelas distantes que talvez fossem deuses, lendas contadas pelos antepassados”.

Cléo Busatto (2012) apresenta uma “viagem no tempo” sem, contudo, chegar a uma definição concreta, fazendo uma estimativa correspondente ao período entre 200.000 a.C. a aproximadamente 40.000 a.C., referendando possíveis datas da origem dessa arte. A autora cita Joseph Campbell (1993) que atribui ao homem de Neandertal a habilidade de descrever sua história de vida ainda que sem o conhecimento da escrita, utilizando-se do conto oral para descrever a própria leitura de mundo e a

necessidade de dar significado à experiência de estar vivo.

Se partirmos do princípio de que os contos surgiram de uma necessidade intrínseca do homem em explicar a sua origem e a origem das coisas, dotando de significados a sua existência, então podemos pensar que estas criações da imaginação humana coincidem com a primeira categoria conhecida do ser humano, o chamado *Homo Sapiens*. (BUSATTO, 2012, p. 21)

Benita Pietro (2011), em seu livro “*Contadores de Histórias – Um Exercício Para Muitas Vozes*” apresenta o conceito de contação de história como sendo arte que requer habilidade, dedicação e conhecimento. Para a autora,

Narrar uma história é um modo de estruturar o mundo em função das nossas ações individuais. Implica um trabalho de organização da memória individual, feito a partir da acumulação e organização de dados de uma experiência não necessariamente vivida, visto que a memória é uma reorganização de ideias, impressões, subjetividades, afetos e conhecimentos adquiridos no vivido e no imaginário. (PIETRO, 2011, p. 20)

Quando a autora se refere a “experiências não necessariamente vividas”, evidencia que nem tudo que está em uma história faz parte de sua própria vivência; contudo, poderá ser a experiência do leitor ou do ouvinte de tal história ao identificar-se com um relato imaginário ou de conhecimentos adquiridos pelo autor de coisas que ele mesmo ouviu ou viu no contexto social do qual faz parte, uma vez que a memória é capaz de arquivar e organizar ideias, transmitindo-as não necessariamente da forma como foi vivenciada, mas como foi sentida.

Portanto, contar histórias carrega aspectos de ludicidade e a brincadeira se reveste em referências importantes para o momento especial de aprendizagem. Por meio delas, compreendem-se as pessoas, pois as personagens possibilitam a quem lê ou escuta sentir as emoções. Neste sentido, Vania D’Angelo Dohme (2013, p. 7) pontua que:

(...) as histórias podem ir além do encantamento. Quando escolhidas, estudadas e preparadas, adequadamente, podem ter a função de educar. Elas encerram lições de vida, sentimentos e valores que, quando isolados, são difíceis de serem compreendidas pelas crianças. (DOHME, 2013, p. 7)

Ao discorrer sobre ir “além do encantamento”, objetiva-se, aqui, chamar a atenção, no sentido de que uma história se torna grande aliada no fazer pedagógico por despertar o prazer pela leitura. Quando escolhida e aplicada de acordo com a necessidade do momento, pode trazer aprendizagem significativa que, se fossem transmitidos isoladamente, não surtiriam os efeitos desejados, uma vez que o lúdico amplia a capacidade da criança de compreender o mundo ao redor.

De acordo com Vera Teixeira de Aguiar (2001), a narração de histórias vai além do lúdico, pois é mais uma oportunidade de aprender e conhecer lugares diferentes, desenvolver a imaginação e ampliar a linguagem; também permite perceber as diferenças de hábitos das diversas culturas.

Porém, faz-se necessário salientar que arte, ludicidade, encantamento, deleite e aprendizagem nem sempre estiveram no fulcro da contação de histórias. Essa arte milenar, em seus primórdios possuía o papel de conservar e transmitir os conhecimentos de uma dada comunidade. Nesse sentido, Adriane Schreiber Rigliski (2012) afirma que:

Nas sociedades tribais primitivas, essa atividade não possuía uma finalidade exclusivamente artística: tinha um caráter funcional decisivo, pois os contadores de histórias eram os que conservavam e transmitiam a história e os conhecimentos acumulados pelas gerações, por meio das crenças, dos mitos, dos costumes e dos valores a serem preservados pela comunidade. Eram as pessoas mais velhas que narravam aos mais novos. Através da oralidade, a cultura popular se manteve ao longo dos anos, sem pergaminhos ou registros mais elaborados, apenas na memória viva. (RIGLISKI, 2012, p. 3-4)

Sendo assim, fica evidente que compreender outras culturas, crenças e costumes que remontam aos povos ágrafos tem nos contadores de histórias o papel fundamental da preservação e difusão desses relatos orais que permitem que a memória e a história se mantenham vivas e sejam conhecidas.

Fanny Abramovich (2008) concorda com a ideia de que a narração de histórias é uma das mais antigas atividades desenvolvidas pelo ser humano, tendo o poder de passar de uma geração para outra sendo capaz de definir a identidade daqueles que contam sobre aqueles a quem se conta uma história.

Baseado nas afirmações de Benita Pietro (2011), Fanny Abramovich (2008) e Cléo Busatto (2012), é viável afirmar que a arte de contar histórias teve sua origem em uma época remota, deixando registros intencionais como forma de perpetuar hábitos e costumes vivos.

Desta forma, compreende-se que o conhecimento era construído de uma forma coletiva e divulgado na sociedade, tornando-se numa “enciclopédia do saber coletivo” e que, mesmo com as mudanças pelas quais a humanidade passou, os contadores de história continuaram como guardiões da tradição cultural. Assim:

As conquistas de uns povos por outros, a passagem da caça à agricultura, as migrações e as guerras foram difundindo e transformando as histórias das

diferentes tradições culturais em elementos reconhecidos pelo corpo social, no qual o contador de histórias exercia o papel de guardião da memória e as narrativas formavam a enciclopédia do saber coletivo da sociedade. (PIETRO, 2011, p. 19)

Nesse sentido, torna-se importante compreender a “contação de histórias” como uma arte clássica, pois essa prática sobrevive a milhares de anos, passando por diversas gerações, trazendo sempre um toque de encantamento e fascínio tanto para os que contam como para aqueles que ouvem as histórias. Ítalo Calvino (2007, p. 15), neste âmbito, externa que “é clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”.

3. *Os contadores e encantadores de histórias e as diferentes formas de contar*

No período que antecede a escrita, as histórias eram feitas de forma oral, e assim permaneceu por muitos séculos. Elas saíam da “boca do povo”: camponeses, lavadeiras, pescadores, caçadores, homens e mulheres simples que descreviam suas experiências cotidianas vividas de forma literal ou imaginária.

Essas histórias contadas e recontadas não tinham como público alvo as crianças e, por esta razão, não costumavam ser redentoras ou educativas.

Embora tenham a fama de retratar um mundo maravilhoso, onde tudo dá certo e o bem vence o mal, os contos originais não narram histórias de felicidade. Pelo contrário, muitas vezes são repletos de tramas terríveis, cheias de violências e morte, que deixariam qualquer criança (e alguns mais crescidos) com medo do escuro. (HUECK, 2016, p. 79)

No decurso do processo histórico, as narrativas foram recriadas e passadas pelos avós, pais e amas no seio da família, tomando uma nova linguagem por meio de “entusiastas do imaginário popular que decidiram sair a campo para coletar e registrar estes contos”. (BUSATTO, 2012, p. 20)

Entre esses nomes, aparecem os irmãos Grimm (Jacob e Wilhelm), estudiosos da língua alemã que percorreram o seu país, a Alemanha, interagindo com o povo, ouvindo suas histórias e transcrevendo o que coletavam no intuito de identificar vocábulos que estavam se perdendo.

O objetivo que os irmãos Grimm tinham em mente ao colecionar os contos maravilhosos era encontrar entre as pessoas do povo vocábulos e estruturas

frasais que estavam desaparecendo da língua alemã, mas também queriam que a cultura popular fosse de alguma maneira usada e aceita pela burguesia em ascensão. (VIANA, 2015, p. 195)

É notável que os relatos dos irmãos Grimm (Jacob e Wilhelm), a princípio, apresentavam mais interesse em registrar o folclore popular do que criar uma obra infantil. No entanto, ao perceberem a atração das crianças por suas histórias, decidiram adaptá-las para uma linguagem infantil conquistando, assim, as famílias da Europa no século XIX. (HUECK, 2016)

A coleta e os registros das fábulas e contos realizados entre aldeões e a adaptação para uma linguagem infantil possibilitou às crianças adentrarem no mundo da fantasia e dar vazão à imaginação, fazendo com que os irmãos Grimm conquistassem grande popularidade.

Suas narrativas adaptadas ao gosto infantil formaram a coletânea conhecida da literatura clássica infantil, da qual fazem parte contos como: “A Bela Adormecida”, “Branca de Neve e os Sete Anões”, “A Gata Borralheira”, “Chapeuzinho Vermelho”, “Os Músicos de Bremen”, “Joãozinho e Maria”, entre tantos outros que são conhecidos mundialmente. No processo de adequação das histórias coletadas pelos irmãos Grimm (Jacob e Wilhelm) foi retirada a crueldade e a violência explícita em algumas narrações, especialmente praticadas contra crianças, e, dessa forma “o sucesso desses contos abriu caminho para a criação do gênero literatura infantil” (COELHO, 2008, p. 30)

Outro nome de referência na área dos contos infantis é o poeta e advogado Charles Perrault, que divulgava na corte francesa diversas histórias contadas pelo povo e coletadas por ele. Segundo Fanny Abramovich (1991, p. 123), Charles Perrault registrou e publicou a primeira coletânea de contos infantis da história da literatura. Nessa coletânea encontram-se histórias conhecidas até hoje: “Chapeuzinho Vermelho”, “O Gato de Botas”, “A Bela Adormecida no Bosque”, “O Barba Azul”, “Cinderela ou A Gata Borralheira”, “Henrique do Topete” e o “Pequeno Polegar”. A autora afirma ainda que seus contos foram escritos em versos e respeitavam a história tal como o povo contava, mesmo sendo cruel, de cunho moral ou poética.

Apesar de Charles Perrault ser considerado o precursor da literatura infantil, o sucesso dos irmãos Grimm foi tão grande ao adaptar as histórias ao gosto, fruição e deleite de um público específico que incentivou outros autores a registrar os relatos, preservando para a posteridade a ri-

queza dessa arte.

Neil Philip (2013) afirma que muitos escritores começaram a criar histórias seguindo a linha dos contos de fadas tradicionais, dos quais destacam-se Hans Christian Andersen, criador do “Patinho Feio” e “A Rainha da Neve.” Tal como os irmãos Grimm receberam influências do período literário do Romantismo na Alemanha, assim também ocorreu com os escritos do dinamarquês Hans Christian Andersen.

Sintonizado com os ideais românticos de exaltação da sensibilidade, da fé cristã, dos valores populares, dos ideais da fraternidade e da generosidade humana, Andersen se torna a grande voz a falar para as crianças com a linguagem do coração; transmitindo-lhes o ideal religioso que vê a vida como o “vale de lágrimas” que cada um tem de atravessar para alcançar o céu. (COELHO, 2008, p. 30)

Ainda sob a influência dos ideais românticos de valorização e de retomada das origens e das identidades nacionais, “Andersen escreveu centenas de contos, alguns inspirados no folclore nórdico, mas muitos inteiramente inventados por ele, a partir do mundo ao seu redor”. Seus contos tiveram como raiz a tradição oral, popular e a vida real. Segundo Maria Viana:

Andersen é bastante conhecido por denunciar em seus contos as injustiças sociais. Mas em muitas de suas histórias a piedade e a resignação são apontadas como a solução para muitos conflitos e problemas, bem como a condenação da arrogância e do orgulho, reflexo das suas crenças como cristão. (VIANA, 2015, p. 60)

Como se verificou, são inúmeras as formas de encantar e contar histórias. Charles Perrault encanta os salões da corte francesa, os irmãos Grimm recriam os contos adaptando as histórias ao sabor de um público específico, Andersen inclui em suas contações o cotidiano e as mazelas sociais. Esses grandes nomes foram os responsáveis por recolher, disseminar e recriar os contos ouvidos nas aldeias mais distantes, recontados em diferentes países que se transformaram em referência na arte milenar de contar histórias de diferentes formas.

Não obstante, com os avanços da humanidade e com as novas tecnologias, renovaram-se também as formas de ouvir e de contar histórias. Porém, o fascínio que os contos exercem no imaginário infantil permanecem e são potencializados pelas novas tecnologias no uso de imagens, de sons e de cores.

Hoje em dia é menos comum encontrar quem conte histórias oralmente, porém um bom narrador ainda consegue encantar seus ouvintes. Na falta deles, sempre podemos ler contos de fadas, escutá-los numa gravação ou vê-los

num filme ou vídeo. Qualquer que seja o veículo de transmissão, o fascínio continua intenso. (PHILIP, 2013, p. 15)

Diante do universo da contação que evolui e se adapta às novas realidades de um mundo em constante mutação, contar histórias requer esforço e dedicação. Considera-se também que narrar não deve ser feito de qualquer maneira e de forma mecânica, haja vista que é arte, e, como tal, envolve os elementos sensoriais: visão, audição, toque, gosto e cheiro que potencializam a emoção, para tanto, possui os seus segredos e necessita de determinadas técnicas.

4. Ouvir, sentir, ver, imaginar: etapas necessárias para o ato de contar histórias

Parte-se do princípio de que contar histórias abre as portas da imaginação e transporta o ouvinte a um mundo mágico repleto de sensações. A contação é uma arte que exige preparo do contador e a chave para histórias atraentes e cativantes está em ler muito, ler tudo para conhecer a narrativa que será apresentada. Assim, a contação comporta segredos e técnicas.

Como toda arte, a de contar histórias também possui segredos e técnicas. Sendo uma arte que lida com matéria prima especialíssima, a palavra, prerrogativa das criaturas humanas, depende, naturalmente, de certa tendência inata, mas pode ser desenvolvida, cultivada, desde que se goste de crianças e se reconheça a importância das histórias para elas. (COELHO, 2008, p. 9)

Para cultivar e desenvolver a habilidade de contar histórias, Vania D'Angelo Dohme (2013) ratifica que a preparação e a técnica são primordiais para que a história se torne atraente com vistas a chamar a atenção e despertar o interesse de quem ouve. Para tanto, deve ser escolhida cuidadosamente e ser adequada a cada faixa etária levando em consideração a predileção das crianças por determinadas histórias.

Vania D'Angelo Dohme (2013) sugere ainda algumas possibilidades de escolha de textos, bem como aponta o que explorar na história, de acordo com a faixa etária. O quadro a seguir sintetiza essas possibilidades:

FAIXA ETÁRIA	O QUE EXPLORAR NA HISTÓRIA
Até 3 anos	Contar ou ler histórias de brinquedos, de bichinho, animais que possuem características humanas, como falar, usar roupas, andar etc., histórias em que os personagens sejam crianças;
Entre 3 e 6 anos	Explorar histórias de fantasias, com fatos repetitivos e inesperados, e que os personagens sejam animais ou crianças;

7 anos	Os pequenos se interessam por enredos que se passam em ambientes que conhecem, como escola, bairro, a família; histórias de fadas e fábulas;
8 anos	Idade em que as fantasias mais elaboradas e histórias ligadas à realidade são as mais atraentes;
9 anos	Gostam de aventuras que se passam em lugares distantes, como selva, oriente outros planetas; também se interessam por histórias de humor, aventuras, de fadas bem elaboradas, de viagens e invenções;
10 a 12 anos	Narrações de explorações, mitos, invenções, lendas e viagens são as mais fascinantes nesta idade.

Quadro 01: Faixa etária e o que explorar nas histórias infantis
Elaboração baseada em Vania D'Angelo Dohme (2013, p.23)

Já Betty Coelho (2008) estabelece fases de interesse das crianças pelas histórias vinculadas à faixa etária: a fase pré-mágica na qual a criança se encanta com os seres da natureza que possuem características humanizadas; na fase mágica as histórias cumulativas despertam a atenção das crianças; na fase pré-escolar amplia-se o leque de interesses por diferentes histórias e na fase escolar as histórias de enredos mais elaborados povoam o imaginário das crianças.

Fase pré-mágica: até 3 anos – histórias de bichinhos, brinquedos, seres da natureza (humanizados), histórias de crianças. *Fase mágica:* 3 a 6 anos – histórias de repetição e acumulativas (Dona Baratinha, A Formiguinha e a Neve etc.), histórias de fadas, histórias de crianças, animais e encantamento. *Pré-escolares:* 7 a 8 anos – aventuras no ambiente próximo: família, comunidade, histórias de fadas, histórias vinculadas à realidade. *Escolares:* 9 a 10 anos – histórias de fadas com enredo mais elaborado, histórias humorísticas, aventuras, narrativas de viagens, explorações, invenções, fábulas, mitos e lendas. (COELHO, 2008, p. 15)

Como é possível perceber, as histórias, além de divertirem, podem atingir objetivos tais como educar, instruir, socializar, desenvolver a inteligência e a sensibilidade desde que cuidadosamente selecionadas, respeitando as faixas etárias bem como as fases do desenvolvimento infantil.

Fanny Abramovich (2008, p. 20) demonstra que qualquer história pode ser contada. Elas podem ser extensas, curtas, antigas ou atuais, de contos de fadas ou reais. O critério de seleção é do narrador; depende do conhecimento que este possui de suas crianças e do que elas necessitam.

Quem conta uma história deve criar todo um contexto narrativo-discursivo de envolvimento e encanto. Desta forma, torna-se necessária a compreensão das partes que compõem uma narrativa para criar expectativas, emoções e sensações que conduzam o interesse e mantenham a atenção de quem ouve. As etapas em questão são assim apresentadas por

Vania D'Angelo Dohme (2013):

- 1 Introdução: é o que situa o ouvinte no tempo e no espaço. Apresenta os personagens principais, dá algumas características sobre eles. Apresenta o conflito principal em torno do qual a história irá se desenrolar. Na introdução é que se coloca o desafio que o herói tem, o que ele almeja e a situação inicial em que ele se encontra em relação ao seu objetivo.
- 2 Enredo: é a parte essencial, a sucessão de fatos que compõe a história. Normalmente, são situações de confrontos, desafios, descobertas, incertezas, vitórias e derrotas intermediárias que não põe fim ao problema principal da trama.
- 3 Ponto culminante: é o ponto de extrema emoção da história, o auge. O resultado que o desenrolar da trama da fase anterior preparou. Essa fase é que deixará o ouvinte ansioso para saber se o objetivo desejado será conseguido.
- 4 Desfecho: é a conclusão do relato, deverá responder à situação que o ponto culminante levantou. Normalmente, é o que dá o formato final da mensagem que se deseja transmitir. Nos contos de fadas, invariavelmente, é uma situação que resolve todos os problemas e prevê uma felicidade eterna. O desfecho normalmente declara a mensagem que a história encerra. Isso não deverá ser dito às crianças, é importante que elas interiorizem os elementos do enredo para fazer as suas próprias conclusões, que poderão acontecer, ou se complementar, após elas terem ouvido várias vezes a mesma história. (DOHME, 2013, p. 31)

A partir do que se afirma acima, a criança vai trabalhando seu potencial analítico e crítico e se deliciando em imaginar um novo final desenvolvendo sua criatividade e imaginação.

Ainda dentro das possíveis técnicas para exercer com maestria a arte de contar histórias, há que se levar em consideração a ausência de pressa em narrar, respeitando-se o tempo da narrativa e as pausas necessárias para potencializar a imaginação.

É bom que quem esteja contando saiba dar pausas, criar os intervalos, respeitar o tempo para o imaginário de cada criança construir seu cenário, visualizar seus monstros, criar seus dragões, adentrar pela casa, vestir a princesa, pensar na cara do padre, sentir o galope do cavalo, imaginar o tamanho do bandido e outras coisas mais. (ABRAMOVICH, 2008; p. 21)

A autora supracitada afirma que, para se iniciar uma história, talvez, seja importante começar com o tradicional “Era uma vez”, porém deixa claro que qualquer outra forma que agrade ao contador pode ser usada. O importante é que ela seja apresentada com entusiasmo de forma a despertar o interesse e a curiosidade do ouvinte, sem ter pressa de acabar, para que cada momento seja vivenciado de forma mágica, porém, ao chegar ao final, saber dizer isso de uma forma especial, deixando um sentimento de “quero mais”.

Faz-se necessário salientar que a voz é a principal ferramenta para um contador de histórias e deve ser fluente e modulada de acordo com o movimento da história. Também os gestos produzem reações capazes de expressar sensações e aflorar os mais distintos sentimentos. Sendo a voz a principal ferramenta para um contador de histórias, Vania D'Angelo Dohme (2013) afirma que “deve-se ter o cuidado de falar em volume que seja audível perfeitamente, mas que não irrite ou comprometa o momento de intimidade”.

Ainda, segundo a autora, contar histórias equilibra o que é ouvido do que é sentido, por isso, a entonação da voz deve ser harmoniosa. Nesse sentido,

O narrador deverá prestar atenção à sua dicção, pronunciar bem cada sílaba, não “engolir” os finais, os encontros vocálicos e os consonantais. A princípio, isso parece exagero, mas é importante que todas as palavras de uma história sejam entendidas. Uma palavra mal pronunciada fará com que a criança perca a frase, e até o fio condutor da história, pois o narrador estará falando de um novo fato, e a criança ainda estará tentando compreender o fato anterior. (DORHME, 2013, p. 35)

No intuito de potencializar a história, é possível utilizar recursos variados para tornar uma narrativa mais atraente. Nessa linha, Olivia da Silva Pires (2011) apresenta algumas destas técnicas que podem ser utilizadas como ferramentas:

- O próprio livro:
- Flanelógrafo: Ideal para histórias em que o personagem central entra e sai de cena e movimentada-se durante o enredo
- Retroprojektor.
- Dramatização.
- Teatro de sombra
- Fantoche.
- Teatro de varas
- Dobradura: poderá ser colada em uma folha de papel sulfite, e completar o cenário de sua história.
- Avental: que pode ser usado como cenário da história. Os personagens também poderão ser colocados no bolso do avental e sendo retirados no transcorrer da história. (PIRES, 2011, p. 23-33)

Vale ressaltar que os recursos utilizados para chamar a atenção do ouvinte, podem tornar a história mais atraente. No entanto, o contador é a

figura principal. Sua atuação na apresentação da história fará toda diferença no resultado, pois na sua voz e em sua expressão corporal residem o encantamento e o suspense, elementos chave para potencializar a imaginação dos que ouvem a história narrada. Nesse sentido, Cléo Busatto afirma:

É importante que se busque a nossa maneira de contar histórias, aquela na qual nos sentimos mais à vontade. Temos as nossas características, elas devem ser preservadas e, antes de tudo, valorizadas. Saber qual é a forma com que nos mostramos, e o que possuímos de mais genuíno para nos expressar, é sem dúvida um grande aliado. Alguns narram com delicadeza e suavidade, outros lançam as palavras como um vulcão expelindo lavas, com força e energia. Outros ainda são musicais por natureza e contam como se estivessem cantando. (BUSATTO, 2012, p. 88)

Sendo assim, retoma-se a forma vernacular da palavra “contador” que quer dizer narrador (HOUAISS, 2009). À vista disso, o contador de histórias é alguém que ao contar e encantar, narra por palavras e gestos uma determinada história e, ao administrar as palavras e gestos, seduz o ouvinte transportando-o a outros mundos, muitas vezes, desconhecidos.

Nenhum outro ser da natureza tem a capacidade de contar, recontar ou criar suas próprias histórias. Segundo Benita Pietro (2011, p. 20), “o ser humano não apenas conta e ouve histórias, sobretudo, é também um ser que faz histórias”. Essa habilidade possibilita ao homem construir, ampliar e difundir seus conhecimentos, e, sobretudo, é um instrumento potencializador da cultura dos povos de forma criativa e significativa.

Diante do que foi exposto por Benita Pietro (2011), considera-se que ouvir e contar histórias abre caminhos para a compreensão do mundo, aliado a uma dimensão pedagógica que pode contribuir para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, acredita-se que as manifestações culturais subjacentes aos contos, o lúdico que movimenta a imaginação, constituem-se em práticas sociais importantes no processo de formação da criança.

5. *Formação social da criança: as contribuições da contação de histórias para o prazer da leitura*

Para Paulo Freire (2005), “a leitura do mundo precede a leitura das palavras”. O autor descreve sua história de infância, sua formação e noção de mundo sem texto, palavras ou letras escritas em meio ao seu contato com a natureza, com as pessoas, o ambiente que o cercava e as

histórias ouvidas “pelos mais velhos, expressando suas crenças, seus gostos, seus receios e seus valores”.

Ainda segundo Paulo Freire, ao ouvir os relatos dos mais velhos despertou sua curiosidade para descobrir a vida e se interessar pela “leitura das palavras”.

Ouvir e contar histórias desperta a curiosidade, aguça os sentidos e instiga a imaginação. Fanny Abramovich (2008), pesquisadora da arte de contar histórias e do encantamento pelo mundo da leitura, relata que o início da paixão por leitura começou cedo, através das histórias ouvidas de sua mãe. Para a autora, ouvir histórias é de grande importância para a formação social de qualquer criança.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão do mundo. (ABRAMOVICH, 2001, p. 16)

Também o autor Bruno Bettelheim (2015) considera que os contos de fadas podem contribuir de forma positiva para o crescimento interior da criança. Em sua obra *A Psicanálise dos Contos de Fadas* o autor referenda essas contribuições:

Enquanto diverte a criança, o conto de fadas a esclarece sobre si própria e favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferece tantos níveis distintos de significado e enriquece sua existência de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à profusão e diversidade das contribuições dadas por esses contos à vida da criança. (BETTELHEIM, 2015; p. 20)

Baseado nas afirmações dos autores supracitados é possível compreender que a contação de histórias pode contribuir de forma significativa para a formação das crianças desde muito jovem.

Os relatos de experiências pessoais de Paulo Freire (2005) e Fanny Abramovich (2011) evidenciam que o seio da família é o primeiro espaço de socialização e contato com a mágica da contação de histórias, assim como as contribuições teóricas de Bruno Bettelheim promovem discussões acerca do lugar que os contos ocupam no desenvolvimento da personalidade e, por conseguinte, na construção social da criança.

Quem nunca viveu a fantasia de ser um super-herói das histórias que leu ou ouviu contar, sejam nas histórias em quadrinhos ou um personagem do maravilhoso *Sítio do Pica Pau Amarelo*, de Monteiro Lobato? Ou não viveu as aventuras e peraltices do *Menino Maluquinho*, de Ziraldo? Os personagens de uma história possuem papel marcante. Sua ima-

gem e características revelam o que são e o que representam.

Fadas, princesas, mocinhas, nobres e plebeus possuem traços peculiares nas histórias que, uma vez registrados na memória, podem estabelecer padrões éticos e morais, a partir do senso crítico de quem os observa. Normalmente, os personagens considerados dignos de admiração são os altos, bonitos, atléticos, que estão sempre bem vestidos e arrumados. Nesse sentido, subentende-se que o visual estético define o que de fato a pessoa é.

O resultado visual até pode ser bonito (e é muitas e muitas vezes), mas onde vamos parar em termos dos preconceitos transmitidos? Afinal preconceitos não se passam apenas através de palavras, mas também (e muito!) através de imagens. Quem é bonito ou quem é feio (segundo qualquer padrão estético) obviamente não tem nenhuma relação com quem é bom ou mau (segundo qualquer moral em vigor). Mesmo porque se pode estabelecer relação entre feio/boa gente – bonito/mau caráter. É só olhar para o lado e ver que podemos ser um pouco de tudo, como pessoas contraditórias que somos, conforme a visão que temos de nós mesmos, do outro ou do mundo, a cada etapa do nosso crescimento pessoal a cada contato humano, a cada situação vivida ou evitada. (ABRAMAVICH, 2008, p. 40)

Sabe-se que uma das atribuições da literatura, em especial a infantil, não é servir como agente de formação, mas sim, contribuir para o deleite, o prazer e a fruição. No entanto, os livros são capazes de trazer até a criança à consciência de mundo, permitindo-lhe descobrir belezas e sabedorias encobertas em cada um e compreender que ela é parte integrante desse mundo.

Os contos de fadas, ao mesmo tempo, que se envolvem no maravilhoso também possuem conteúdos de sabedoria popular importantes na condição social humana, partindo de uma situação real, concreta, lidando com emoções que qualquer criança já viveu.

A literatura infantil lida com a compreensão do real. Pode conceder ao pequeno leitor a possibilidade de desdobramento de suas capacidades afetivas e intelectuais desde que bem adaptadas às condições da criança. Quando se compromete com as necessidades e os interesses de seu destinatário, transforma-se num meio de acesso à realidade e facilita a ordenação das experiências existenciais do sujeito. (AGUIAR *et al.*, 2001, p. 77)

A partir das narrativas, pode-se discorrer acerca de temas variados, sem o desconforto trazido por outras formas de abordagem em resolução de conflitos, uma vez que

As ingênuas histórias podem ser um motivo para os pais discutirem com seus filhos comportamentos e posicionamentos, não de forma impositiva, mas sim convidativa a pensar. Os pais poderão perceber, encantados, que a forma

de seus filhos verem os fatos vão amadurecendo à medida que eles crescem. (DOHME, 2013, p. 26)

Ilustra-se a assertiva da autora trazendo como exemplo a história do “Patinho Feio” que, contada e recontada, tantas vezes, exerce fascínio em quem ouve a partir da identificação com a personagem. Na referida história infantil, coloca-se em evidência a discussão estética entre feiura e beleza, mas, a criança, ao tomar contato com o todo da obra, consegue produzir novos aportes sentidos a partir da narrativa da diferença. Ao se descobrir e perceber que era um cisne, esse patinho encontra o alívio de uma trajetória sofrida, de uma beleza escondida.

É importante que não se perca de vista o papel que os contos possuem para o encantamento de quem ouve ou lê a história. Muitas vezes, no intuito de explicar ou “didatizar” as histórias, retira-se delas o seu grau maior de arte e encantamento.

Explicar para uma criança porque um conto de fadas é tão cativante para ela destrói, além de tudo, o encantamento da história, que depende, em um grau considerável, de a criança não saber absolutamente porque está maravilhada. E, ao lado do confisco desse poder de encantar, há também uma perda do potencial da história para ajudar a criança a lutar por conta própria e a dominar por si o problema que em princípio tornou a história significativa para ela. (BETTELHEIM, 2015, p. 28-9)

Permitir que a criança chegue à própria conclusão, ao final de uma história, é subsidiária para desenvolver o senso crítico e capacidade de avaliar o mundo à volta tornando-a capaz de tomar decisões em conformidade com as próprias convicções, contribuindo para a sua formação e interação social.

Outro exemplo que corrobora com a premissa de que as histórias direcionadas ao público infantil possibilitam a reflexão sobre a formação social da criança é contada pelo autor Fábio Gonçalves Ferreira (2011), em sua obra *Do Que São Feitos os Heróis*.

A história narra a trajetória de João, um menino comum que mora com os pais e sofre com as brincadeiras preconceituosas dos colegas da escola. Por meio das histórias contadas pelo avô, João vai descobrindo, a partir da própria vida, os ingredientes para enfrentar as dificuldades, valorizando os princípios éticos relatados pelo avô. Assim, é possível comungar com o pensamento de Vania D’Angelo Dohme, quando afirma que os contos

São um verdadeiro celeiro de fatos que enaltecem os valores éticos. O que precisa é que o contador esteja aberto para esse fato. É preciso que ele acredite

realmente na veracidade das afirmações que a história encerra dentro de sua fantasia. (DOHME, 2013, p. 28)

Portanto, compreende-se que, quanto mais cedo a criança começar a ouvir histórias, mais facilmente vai adquirir gosto pela leitura e, transformando-se num bom leitor, poderá aprimorar a oralidade. Para além da oralidade, o contato da criança com as histórias infantis selecionadas, contadas e discutidas, de forma criteriosa, amplia a vivência e desenvolve a percepção crítica de mundo que a cerca, elementos esses considerados basilares para a formação social da criança. Nessa vertente, Vania D'Angelo Dohme afirma o seguinte:

Por meio dos exemplos contidos nas histórias, as crianças adquirem maior vivência. O contato com os impulsos emocionais, as reações e os instintos comuns aos seres humanos e o reconhecimento dos fatos e efeitos causados por estes impulsos, são exemplos de vida. (DOHME, 2013, p.18)

Com base nas ponderações da autora, abaixo, apresenta-se um quadro-síntese com os valores considerados passíveis de serem trabalhados e discutidos com as crianças por intermédio da contação de histórias:

VALORES	O QUE TRABALHAR
Alegria	Estimular a boa disposição; inclinação a ver e mostrar o lado divertido das coisas.
Amor	Desejar sempre o bem às pessoas, bem como ter apreço aos bens, ao meio que vive e às pessoas que o cerca.
Compartilhar	Aprender a dividir o que possui com os demais. Reconhecer que os outros também têm direito de usufruir de pertences ou oportunidades igualmente.
Confiabilidade	Exercitar uma conduta constante, capaz de conquistar a confiança das pessoas.
Cooperação	Estar disposto a ajudar consistente e produtivamente.
Coragem	Mesmo estando diante de situações novas, conflitantes ou desafiantes, manter uma postura resolutiva, perseverante e constante.
Cortesia	Ser educado, afável e atencioso para com os outros.
Disciplina	Obedecer a ordens já estabelecidas anteriormente; manter práticas que aprimorem a si mesmo e/ou sua comunidade.
Honestidade	Tomar posse apenas do que é seu. Reconhecer seus limites em relação às outras pessoas; compartilhar sentimentos e atitudes de forma verdadeira.
Igualdade	Compreensão de que todos possuem os mesmos direitos; não ser preconceituoso nem agir com distinções.
Justiça	Capacidade em agir acima de seus interesses próprios; ouvir e entender o ponto de vista alheio.
Lealdade:	Capacidade de não trair nem agir com falsidade ou enganosamente.
Limpeza	Entender a importância da limpeza interior e exterior.
Misericórdia	Ter reconhecimento e compaixão diante das necessidades e dificuldades alheias; aceitar e compreender que todos possuem limitações.

Paciência	Ter tranquilidade ao esperar e conviver com as diferenças.
Paz	Capacidade de reconhecer quais os benefícios de se conviver em harmonia e de exercitá-la.
Respeito	Estar atento às outras pessoas, considerando suas opiniões e atitudes.
Responsabilidade	Manter-se consciente das suas obrigações e estar disposto a realizá-las. Conservar-se comprometido com aquilo que acredita e afirma, e como se comporta.
Solicitude	Dispondo-se a ajudar, prestar favores e serviços de maneira voluntariosa.
Tolerância	Ter respeito e paciência por opiniões ou atitudes dos outros.

Quadro 2: Quadro-síntese com os valores considerados passíveis de serem trabalhados na contação. Fonte: Elaboração própria: DOHME, (2011, p. 21)

Desta forma, pode-se trabalhar uma diversidade de valores tendo em vista o tema que seja mais significativo para a criança e de acordo com a necessidade do momento.

6. A história por trás da história: compreendendo a relação entre infância literatura e sociedade para a formação social da criança

Para compreender a formação sociocultural das crianças e o lugar social que elas ocupam na sociedade, faz-se necessário retroceder historicamente para observar como era a infância. Em sua obra *História Social da Criança e da Família*, que é referência para compreensão da criança e sua formação social, Philippe Ariés (2014) descreve atividades que envolviam jogos e brincadeiras na Europa, relatando que tais jogos eram destinados tanto às crianças quanto aos adultos e eram realizados coletivamente. Também as músicas, a dança e representações faziam parte das festas coletivas, misturando as idades de atores e expectadores. Fica evidente que não havia uma preocupação com a infância.

Philippe Ariés (2014) afirma que até o século XVIII a infância foi tratada com indiferença e as crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Pode-se conceber a partir da afirmação do autor que as crianças participavam efetivamente da vida como se fossem adultos, não havendo assim uma definição entre o significado de ser criança e de ser adulto.

Philippe Ariés descreve essa falta de consciência sobre a particularidade infantil da seguinte forma:

Na sociedade medieval o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade

que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIEÉS, 2014, p. 156)

Assim sendo, se a criança era considerada um adulto em miniatura, sem distinções, não se justificava produção específica para ela. Conforme Márcia Teixeira Sebastiani (2003), a percepção sobre a infância começa a mudar entre os séculos XVI e XVII. Com a Revolução Industrial surgiu a família moderna e a infância passou a ser o centro do interesse educativo. Nesse período da história humana, onde grandes e significativas mudanças aconteceram,

A criança passa a ter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria de que ela é destinatária). (LAJOLO, 2007, p. 16)

Diante das considerações dos autores mencionados, pode-se afirmar que o conceito de infância se originou com a consolidação da burguesia, classe social que surge com desenvolvimento da sociedade industrial.

No contexto da sociedade brasileira, a questão da infância também não era diferente. Maria Viana (2015) destaca que no Brasil, em seu período colonial e escravocrata, as crianças eram separadas em duas classes sociais distintas: a criança negra, que a partir dos sete anos já prestava serviços regulares de mensageiros, pajens e carregadores de águas para seus senhores e as crianças brancas, livres, que conviviam em uma estrutura familiar bastante rígida liderada única e exclusivamente pela figura masculina da casa, o pai.

Segundo Maria Viana (2015), para essa classe abastada dos filhos dos senhores, “desde a mais tenra idade tanto meninas como meninos eram educados para se comportarem como adultos”.

Nesse contexto, também a escola não era considerada importante, especialmente para os pobres. Mary Del Priore (2010) afirma que:

[...] tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso. Comparado aos países ocidentais onde o capitalismo se instalou no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiando inicialmente no antigo sistema colonial e, posteriormente, numa tardia industrialização, não deixou muito espaço para que tais questões florescessem. Sem a presença de um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a esta nova realidade, não foram implementados os instrumentos que permitiriam a adaptação a este novo cenário. (DEL PRIORE, 2010, p. 10)

Complementando o seu pensamento a autora reforça as diferenças entre a infância da elite brasileira e a infância dos filhos dos pobres

sem acesso ao saber escolarizado:

No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. (DEL PRIORE, 2013, p. 10)

Fica evidente que, diante do cenário econômico, político, social e cultural em que o Brasil se encontrava, não se sentia a necessidade de ensinar as crianças e, tampouco, se pensava em espaços educacionais voltados para elas, como já acontecia em outras partes do mundo.

A escola passou a ser a segunda instituição destinada à formação social da criança. Segundo Marisa Lajolo (2007),

A escola incorpora ainda outros papéis, que contribuem para reforçar, tornando-a, a partir de então, imprescindível no quadro da vida social. E que por força de dispositivos legais, ela passa a ser obrigatória para crianças de todos os segmentos da sociedade, e não apenas para as da burguesia. (LAJOLO, 2007, p. 16-17)

Maria Viana (2015) afirma que o discurso da instrução primária como direito de todos os cidadãos e responsabilidade do Estado existe desde a época imperial, no entanto, o sistema educacional brasileiro só teve reformas significativas no início do século XX. Ainda segundo Maria Viana (2015) “foi também neste período que começaram a surgir no Brasil, de maneira muito incipiente, livros voltados para as crianças”.

Para Marisa Lajolo (2007), a acelerada urbanização na transição do século XIX para o século XX tornou o momento apropriado para lançamento da literatura infantil, desta forma, “abre-se espaço, nas letras brasileiras, para um tipo de produção didática e literária dirigida em particular ao público infantil”.

Assim, a literatura voltada para o público infantil também navegou ao sabor da realidade social de seu tempo. Para melhor compreensão de como se deu a produção das histórias voltadas para esse público específico, Maria Viana (2015) aponta alguns marcos referenciais da literatura infantil no Brasil, a saber:

O grande marco da literatura infantil no Brasil ocorreu em 1894, quando Pedro da Silva Quaresma, fundador da livraria Quaresma, em 1879, contratou o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel para produzir uma coleção de livros infantis escritos em português do Brasil. “*contos da Carochinha* saiu em 1894, logo seguido, em 1896, por *Histórias da Avozinha* e *Histórias da Baratinha*, todos adaptados de Andersen, Grimm e Perrault”... A obra *Contos da Carochinha* era composta de narrativas traduzidas e adaptadas do acervo europeu. Assim, pela primeira vez, o leitor brasileiro tinha acesso aos contos maravi-

lhosos dos irmãos Grimm, Perrault e Andersen, às fábulas de Esopo e outras narrativas em língua portuguesa. (VIANA, 2015, p. 302-3)

As autoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2007) identificam algumas etapas da relação da criança com a literatura no Brasil. Em um primeiro momento, não havia produção específica para ela. As crianças alfabetizadas se dedicavam à leitura de alguns livros escritos para adultos. Posteriormente, em 1808, a vinda da família real para o Brasil possibilitou a publicação dos primeiros títulos infantis. A maioria deles eram traduções e adaptações de obras estrangeiras e refletiam a cultura europeia.

Na primeira década do século XX, o cenário da literatura infantil começou a mudar no Brasil com obras de cunho nacionalista e patriótico,

(...) surgem as obras nacionais, patrióticas de Olavo Bilac, em parceria, ora com Coelho Neto, ora com Manuel Bonfim, seguindo-se Júlia Lopes de Almeida e Tales de Andrade, inspiradas em obras europeias, que sucederam a traduções-adaptações, mas com um caráter de nacionalização. A produção literária, nessa época, é marcada por preocupação moralista, exaltação do trabalho, disciplina, obediência e, acima de tudo, um cantar à beleza da pátria. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1994, p. 88)

As autoras citam ainda escritores do início do século XX, como Viriato Correia e Olavo Bilac como autores que merecem destaque pela produção de textos voltados para o público infantil, mencionando também Monteiro Lobato que, em 1920, publicou *A Menina do Nariz Arrebitado* como outro grande marco na literatura infantil brasileira. Essa foi uma das muitas obras de Monteiro Lobato que se tornou sucesso de vendas para as escolas e levou o autor a se voltar para o público infantil como foco principal de suas produções. Segundo Marisa Lajolo (2007),

Ao final desses 25 anos, a literatura para crianças oferece um largo espectro de autores envolvidos com ela e contempla os leitores formados pela assiduidade às obras a eles destinadas. Sendo, no início do período, uma produção rala e intermitente, vai se fortalecendo, até os anos 40, quando o Modernismo encerrava seu ciclo, num acervo consistente, de recorrência contínua, integrado definitivamente ao conjunto da cultura brasileira. (LAJOLO, 2007, p. 45-6)

Nesse breve panorama histórico, é perceptível a expansão da literatura infantil no Brasil, e Nelly Novaes Coelho (2010) atribui ao mercado editorial brasileiro a responsabilidade por essa nova realidade.

Foi no final do século XX que o campo realmente se expandiu massivamente. A partir de meados dos anos 80, a produção de literatura infantil/juvenil “explode” no mercado editorial, tornando-se quase impossível, ao analista, o registro global das centenas de títulos publicados e o crescente número de novos escritores e ilustradores que surgem no rastro dos pioneiros. (COELHO, 2010, p. 287)

Diante desse quadro, é possível corroborar que ouvir-contar histórias instiga a imaginação, a criatividade, a oralidade, incentiva o gosto pela leitura e contribui para a formação da personalidade da criança, pois envolve aspectos sociais e afetivos, propiciando a constituição de personalidade.

Apesar das notáveis mudanças relacionadas à criança e suas necessidades, e o empenho na produção de recursos que contribuíssem para a construção social da criança, ainda é perceptível que ela vive em um mundo paralelo ao dos adultos, apenas sendo aceitas porque são consideradas adultas em formação, como descreve Vania D'Angelo Dohme:

Há aqueles que acreditam na existência de somente um mundo: o dos adultos! Para esses, as crianças são aceitas no seu mundo, uma vez que irão se tornar adultas, mas as aceitam e as tratam como um adulto em formação ainda não capacitado. (DOHME, 2013, p. 13)

Ainda de acordo com a autora, para compreender a formação social da criança, é imprescindível, antes de tudo, conhecer como funciona seu mundo. O que para os adultos se torna algo difícil, talvez pelo fato de terem esquecido como ser criança, levando-os a pensar que seja desnecessário lhes dar atenção quando estas se entregam às peraltes naturais da infância de andar descalço, rolar no chão e viajar na imaginação.

7. *Intento de considerações finais*

Partindo-se do pressuposto de que, precocemente, as crianças aprendem hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais, além de desenvolverem as bases da personalidade e das identidades, e que conflitos relacionados a valores éticos e morais podem surgir nesse estágio de crescimento, interferindo no desenvolvimento de relacionamentos sociais saudáveis, compreende-se que se faz necessário apresentá-la a princípios e valores que possam norteá-las em sua trajetória, enquanto caminha rumo à maturidade.

O mundo da fantasia povoa as mentes do ser humano desde pequeno, portanto, a contação de histórias se torna um recurso profícuo para a apresentação desses valores, uma vez que o lúdico não apenas encanta, mas, também, auxilia na fixação da memória. Tome-se como exemplo os clássicos infantis que atravessaram gerações e se fazem vivos na atualidade deixando suas mensagens.

Quem nunca ouviu falar de “Chapeuzinho Vermelho”, “Branca de

Neve e os Sete Anões”, “Os Três Porquinhos”, “Alice no País das Maravilhas” dentre outros? A literatura é um recurso riquíssimo para explorar temas com as crianças e possibilita uma aprendizagem ressignificativa.

O sistema educacional brasileiro ainda não utiliza de forma eficaz esse recurso como parte da formação das crianças. A narrativa não se faz apenas para um momento lúdico, mas como oportunidade de aprendizagem em todas as esferas. Ouvir e recontar histórias são processos que ativam na criança habilidades para a leitura, possibilitando ensinar lugares diferentes, trabalhar com a imaginação, o desenvolvimento da linguagem e possíveis diferenças que possam existir nos processos de interação entre discentes.

A partir de histórias contadas e recontadas, laços sociais e afetivos podem ser produzidos para a valorização das diferenças.

A educação é uma das vias de socialização e possui o papel transformador, principalmente, na vida das crianças. Algumas delas já trazem para o espaço escolar preconceitos formados a partir do contexto familiar ou da sociedade na qual estão inseridas. Equipar os professores e prepará-los para romperem pré-conceitos, preconceitos, cristalizações e estigmas é um grande desafio.

A contação de histórias é uma forma efetiva e, talvez, a mais interessante com a qual se pode trabalhar para a quebra dos paradigmas cristalizados/cristalizadores de forma atrativa e de fácil compreensão. Quando bem trabalhada, contribui, de forma significativa e produtiva, para a construção da aprendizagem das crianças. Narrativas contribuem, também, para a formação cognitiva, afetiva, social e cultural, formando sujeitos críticos, atuantes, capazes de transformarem a sociedade em um lugar de cultural-politicamente sustentável.

Pode-se afirmar que contar histórias é abrir espaço para que a criança desenvolva uma linguagem oral e escrita, eduque sua atenção, amplie o campo lexical mental. Por meio desse ato, o discente desenvolve a prática da leitura, cumpre papéis e tarefas sociais com autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1991.

AGUIAR, Vera Teixeira de. (Coord.). *Era uma vez na escola: formando*

- educadores para formar leitores. 4. ed. Belo Horizonte: Formato, 2001.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BUSATTO, Cléo. *Contar e encantar: pequenos segredos da narrativa*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?* Trad.: Nilson Moulin. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- COELHO, Betty. *Contar histórias: uma arte sem idade*. São Paulo: Ática, 2008.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2010.
- DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DOHME, Vania D'Angelo. *Técnicas de contar histórias: um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FERREIRA, Fábio Gonçalves. *Do que são feitos os heróis: uma história sobre o racismo*. 1. ed. Belo Horizonte: CEDIC, 2011, 24 f.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: São Paulo: Cortez, 2005.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss/Objetiva, 2009.
- HUECK, Karin. *O lado sombrio dos contos de fadas*. São Paulo: Abril, 2016.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: histórias e histórias*. São Paulo: Ática, 2007.
- PHILIP, Neil. *Volta ao mundo em 52 histórias*. 2. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2013.
- PIETRO, Benita. (Coord.). *Contadores de histórias: um exercício para muitas vozes*. Rio de Janeiro: Pietro Produções Artísticas, 2011.
- PIRES, Olivia da Silva. *Contribuições do ato de contar histórias na edu-*

cação infantil para a formação do futuro leitor. Maringá, 2011. Disponível em:

<<http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%2032/OliviaPires.pdf>>. Acesso em: 12-03-2018.

RIGLISKI, Adriane Schreiber. *Contribuições da contação de histórias no desenvolvimento das linguagens na infância*. Ijuí, 2012. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1619/TCC%202012%20Adriane%20S.%20Rigliski.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12-03-2018.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. *Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil*. Curitiba: IESDE Brasil, 2003.

VIANA, Maria. *Um estudo sobre as fábulas e os contos de fadas*. 1. ed. São Paulo: Eureka, 2015.